



AROUCA

**O reordenamento do Parque
Escolar do 1º ciclo e o
Mundo Rural**

Da Escola Primária ao Centro Escolar

Título

O Reordenamento do Parque Escolar do 1º ciclo
e o Mundo Rural

Da Escola Primária ao Centro Escolar

Autoria

Colectivo PCP - Arouca

Álvaro Couto

António Ataíde

Benvinda Gomes

Carlos Alves

Francisco Gonçalves

Tadeu Saavedra

Contributos de Independentes

Carlos Pinho

Rui Pedro Brandão

Edição

PCP-Arouca

www.cduarouca.wordpress.com

cdu.arouca@gmail.com

Setembro de 2010



ÍNDICE

Apresentação	1
I - Direito à Educação – o olhar do PCP	2
1. Escola Pública Democrática	2
2. Opção Política do PCP	3
3. Opção Política do PS/PSD	4
II - Da Escola Primária ao Centro Escolar	8
1. Um breve apontamento histórico	8
2. Por que encerram as escolas?	10
3. Arouca: um caso	13
III - As freguesias de Arouca e o Parque escolar do 1º ciclo	15
IV - E o futuro?	38

APRESENTAÇÃO

A dinâmica criada a partir de 2002 com a reorganização do PCP em Arouca, o trabalho realizado desde então, bem como os camaradas e amigos que foram corporizando o nosso projecto, permitem que, agora, em Setembro de 2010, lancemos o primeiro caderno temático do PCP-Arouca.

Estes cadernos temáticos serão espaços de reflexão onde, partindo do nosso olhar do mundo, procuraremos aprofundar assuntos que, no momento, assumam particular importância na vida dos arouquenses. Serão espaços abertos àqueles que, mesmo não sendo militantes do PCP e/ou comunistas partilhem as nossas preocupações e inquietações. Esperamos com estes cadernos provocar na comunidade debate(s) que possibilite(m) encontrar as soluções mais adequadas para o nosso concelho.

Escolhemos para tema primogénito a Educação, mais concretamente o reordenamento do Parque Escolar do 1º ciclo. Estamos em Setembro de 2010, momento de arranque do ano lectivo e da abertura de duas novas escolas do 1º ciclo (o Pólo de Escariz e o Centro Escolar do Burgo) a par de uma nova vaga de encerramento de Escolas EB1.

Chamar Centro Escolar e não Pólo Escolar à nova escola da freguesia do Burgo é intencional. Simboliza a linha de separação entre a CDU e as restantes forças políticas arouquenses. Representa a fronteira entre a defesa de escolas de pequena e média dimensão e a defesa ou a resignação à ideia que só é possível ter uma educação de qualidade com escolas de grande dimensão.

É que a decisão da Câmara Municipal presidida por Artur Neves, tomada em 2008, de aumentar substancialmente a capacidade dos pólos escolares do Burgo e de Fermêdo, em relação ao que estava previsto na Carta Educativa, Carta Educativa esta que a CDU votou favoravelmente, transformou, de facto, o Pólo Escolar do Burgo num Centro Escolar, abandonando assim a perspectiva de proximidade, abrindo a porta à concentração escolar e ao caminho, no médio prazo, para a extinção da escola do 1º ciclo em meio rural.

Para desenvolvermos a nossa perspectiva, fundada na necessidade de cumprir a Carta Educativa e de defender um serviço público de proximidade, estruturamos este caderno do seguinte modo:

- No primeiro capítulo é apresentado o olhar do PCP sobre o Direito Constitucional da Educação e as diferenças do PCP em relação ao PS e PSD;
- No segundo capítulo é feita uma síntese histórica sobre algumas das complexidades e paradoxos de percurso da escola do 1º ciclo, desde a salazarenta Escola Primária até aos lusitanos e pós-modernos Centros Escolares;
- No terceiro capítulo apresenta-se o parque escolar do concelho, a partir da divisão administrativa existente;
- No último capítulo deixam-se algumas observações e são levantadas algumas inquietações sobre o futuro.

Será oportuno referir que este caderno não é um documento de crítica gratuita (vulgo bota-abaixo), pretende sim chamar a atenção para alguns aspectos esquecidos, ignorados ou rejeitados na política educativa concelhia (referente àquele que é talvez o mais importante dos ciclos de ensino), apresentando aos arouquenses um olhar alternativo à visão defendida pelo actual poder autárquico.



I – DIREITO À EDUCAÇÃO

«O direito à educação e ao ensino, à cultura e ao desporto é o direito de todos e cada um ao conhecimento e à criatividade, ao pleno e harmonioso desenvolvimento das suas potencialidades, capacidades, vocações e consciência cívica.»
(Programa PCP)

«O direito à educação e ao ensino, à cultura e ao desporto será assegurado: por uma política que assuma a educação, a ciência e a cultura como vectores estratégicos para o desenvolvimento integrado do nosso país; que atenda à multiplicidade e diversidade dos processos educativos e formativos contemporâneos e as dimensões a que estes necessitam de dar resposta, desde a competência profissional e a qualificação, à cultura humanista e científico-técnica, à inovação e à criação, aos valores cívicos e humanos; que considere o conjunto da população portuguesa e desenvolva um sistema de educação permanente que integre e equilibre a educação inicial com o ensino e a formação continuados a adultos e assegure um ensino da mais alta qualidade para todos os portugueses e que seja um factor de elevação do nível cultural da população, da formação integral da pessoa humana e de afirmação de uma cidadania plena e criadora numa sociedade democrática;»

1– ESCOLA PÚBLICA DEMOCRÁTICA – Questão de opções políticas

Proclama a nossa Constituição que a educação é um direito, tendencialmente gratuito, que deve ser para todos, o que é óbvio e justo. Óbvio, porque não pode existir sociedade sem educação; e justo, por que a educação escolar tem de ser acessível a todos.

Daí a criação da Escola Pública Democrática. Daí a aprovação quase unânime dos partidos políticos, na Assembleia da República, em 1986, da Lei de Bases do Sistema Educativo. A Escola Pública, essa gigantesca operação pedagógica, tecnológica, económica, urbanística, humana, encetada há mais de duas décadas. Escola Pública, desde então, o desafio português. Daí que, hoje, seja legítimo o olhar e a interrogação lançada aqui pelo PCP, sobre estes 24 anos de políticas educativas: Mas será a Escola Pública aquilo que queremos? Será a Escola Pública aquilo que merecemos? Aquilo de que precisamos?

Diga-se o que se disser – e dir-se-á que vivemos, ainda, dominados pelo paradigma utilitário da Educação – a Escola Pública abrindo-se, gratuita e obrigatoriamente, a todos os jovens com idades compreendidas entre os 6 e 15 anos, foi o instrumento responsável pela explosão no acesso formal à Educação em Portugal e pelo enorme salto qualitativo nas aquisições educacionais das últimas gerações de portugueses, comparativamente às anteriores.

Diga-se o que se disser – e dir-se-á que a massificação do ensino aliada à aplicação de certas orientações políticas e ao desinvestimento público real com a Educação, levados a efeito



pelas sucessivas políticas dos governos PS/PSD, colocando muitas crianças, sobretudo as que frequentam o 1º Ciclo do Ensino Básico, entre o rebanho e o vazio social – a Escola Pública foi, e é, um factor fundamental de propensão à democratização e à modernidade do País.

Mas é, também, um mínimo. Sobretudo para quem decorre do passado português próximo, em matéria de políticas educativas. Em termos de coerência. Em termos de responsabilidade.

Incondicionalmente pela Escola Pública Democrática, claro. Desde que ser pública e democrática não seja menos do que isso. A única condição, colocada pelo PCP, é a própria condição do pleno direito à Educação, devida esta, com mais e melhor qualidade, a todos os portugueses. A condição da nossa maneira de ver – e de querer – a Escola, o Concelho, o País e o mundo. Daí que, para o PCP o que está em causa na Escola Pública Democrática, nos dias de hoje, não são problemas técnicos, são opções da comunidade, da polis – são, pois, opções políticas!

2 – OPÇÃO POLÍTICA PCP – Imperativo de cidadania e coesão social

Para os comunistas, no entendimento dos princípios, a Educação não é um instrumento, ou factor, de crescimento económico ou de desenvolvimento, mas é considerada como medida essencial, uma espécie de barómetro último, desse mesmo desenvolvimento e, em certos níveis, como finalidade desse mesmo desenvolvimento. Só isso é que determina uma prática social à altura da dignidade humana, onde a pessoa se assuma como um fim em si mesma e não apenas como um recurso – recurso humano, como é vulgar dizer-se – um instrumento manipulável pelos impulsos das circunstâncias ou das exigências económicas e tecnológicas.

Nesse sentido, o PCP estabelece duas condições essenciais para o desenvolvimento desse princípio individual e colectivo: a primeira condição, é de que considerada a Escola Pública como um bem público - logo sob a tutela do Estado -, sobre este bem terá que se proceder a uma justa repartição dos recursos humanos, pedagógicos e materiais existentes, entre os cidadãos das comunidades locais em apreço; a segunda premissa é de que a Educação, para lá da possibilidade de acesso gratuito a todos, não fique cingida, apenas, aos edifícios escolares públicos e aos vários recursos postos à disposição geral, mas, simultaneamente, integre e influencie a cultura local, regional e nacional, no sentido de que, cada indivíduo, possa aprender a Ver e a Falar, numa ideia de educação como «impregnação» da pessoa pela sociedade, do meio familiar, da organização do trabalho e da sua felicidade pessoal.

Assim, o PCP defende que o tradicional paradigma hipercentralizador de mudança via Diário da República tem de ser substituído por um paradigma de melhoria permanente, concreta, anual, num quadro de mudança radical da administração central e regional e num quadro de efectiva autonomia das escolas, assentes estas em dinâmicas próprias que permitam, em

cada comunidade, ensinar cada vez melhor e que todos os alunos, crianças, jovens e até adultos, aprendam e tenham condições adequadas de desenvolvimento humano.

Mais de três décadas decorridas após a implantação de um sistema democrático em Portugal, verificamos que, nesta matéria, em certa medida, está tudo na mesma ou pior: além de continuar por resolver o velho problema de fundo das desigualdades e das crescentes assimetrias sociais, as quais permanecem iguais, sendo ainda a escola uma espécie de passe-vite onde se entra desigual e de onde se sai certificadamente mais desigual, fruto do velho modelo fabril de ensino aplicado - como se a realidade e o conhecimento pudessem ser hiper-segmentados e o ponto de vista comunitário e social pudesse ser desconsiderado em termos de educação de alunos pertencentes a várias, diversas e diferentes localidades do País; somam-se agora outros mais «modernos», como por exemplo: a massificação do contexto do espaço/escola; a destruição do modelo de gestão democrática das escolas; o clima de hostilidade infligido, ostensivo e não inocentemente, à classe docente (ou não vem servindo esta, via comunicação social, como bode expiatório dos males do sistema educativo?); o facilitismo das aprendizagens; o espectro da ilusão das estatísticas dos níveis de sucesso e de abandono escolar; etc. . .

No conceito de Educação para a Cidadania e a Coesão Social, reúne-se da forma mais rica uma síntese daquilo que representa o salto qualitativo, proposto no Programa do PCP, para uma nova era do pensamento estratégico da Educação, tomada como finalidade essencial desse mesmo desenvolvimento, num enfoque humanista da realização da Escola Pública no mundo moderno.

No fundo, a relação entre a Educação e o Mundo, ou, inversamente, entre o Mundo e a Educação, tem directamente a ver com a equação fundamental de Fernão Capelo Gaivotas. Em determinado momento, o conselho das gaivotas decide reunir em assembleia magna para discutir uma questão central, uma questão verdadeiramente essencial: «Voamos para comer ou comemos para voar?»

3 – OPÇÃO POLÍTICA PS/PSD – Imperativo economicista

Não tenhamos ilusões: para PS/PSD, a Educação, não é uma questão pedagógica ou social, nem mesmo técnica ou científica, é tão-só uma questão económica e fiscal.

Aliás, se existe uma coerência na corrente política dominante nos últimos vinte anos, no Ministério da Educação, cujas equipas ministeriais foram lideradas exclusivamente por aqueles dois partidos, é justamente a da sua orientação economicista: diminuindo ou acabando mesmo com as responsabilidades do “Estado Social” (mas não com o aumento de impostos à generalidade da população), impondo a liberalização na governabilidade e na sustentabilidade dos serviços de ensino e de saúde. Os ganhos de competitividade do país

podiam ser assim acelerados, à custa destes factores, que além da cedência dos espaços escolares e hospitalares públicos ao mercado concorrencial dos interesses privados, reduziria a despesa do Estado, produzindo assim efeitos de redução da regra de 3% do produto como limite máximo do deficit, imposto pelo projecto da moeda única.

Em termos de gestão do Ensino Público, esta política de esquiteamento do dito “Estado Social”, para além das aparentes e marginais divergências, incompatibilidades e contradições discursivas e retóricas, assumidas em determinados momentos por PS e PSD (atentemos sobre as cortinas de fumo lançadas sobre a última proposta de revisão constitucional sobre estas matérias, anunciada recentemente por Passos Coelho), acentua, sobretudo, a inevitabilidade do único caminho possível, que nenhuma outra solução seria científica e economicamente viável, que demonstraria falta de bom senso senão mesmo irresponsabilidade questionar essa certeza.

Os economistas versados em História do Pensamento Económico conhecem demasiado bem esta soberba intelectual para lhe fazerem fé: Voltaire já retratou, na pele do senhor Pangloss, esta ideia de que tudo o que os governos fazem é para o melhor do mundo, não podendo ser de outra forma.

Ora, a experiência dos factos demonstra que assim não é: as políticas educativas dos últimos governos, que foram pretensamente aplicadas em nome da sobrevivência, da qualidade e da equidade do sistema de ensino público e, portanto, da maior eficiência e rigor sobre a utilização e controle dos recursos educativos fornecidos pelo “Estado Social”, têm vindo a ser insuficientes, deficientes ou contraditórios senão mesmo responsáveis pelo agravamento de velhos e pela criação de novos problemas.

Exemplos: o livro/relatório «A Escola Pública pode fazer a diferença», assinado pela anterior ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, previa, com a entrada em vigor das suas políticas educativas, uma subida generalizada do sucesso educativo dos alunos, uma acentuada requalificação, construção e modernização em todo o parque escolar, uma gestão mais eficiente e mais participada das escolas, o estabelecimento de uma carreira docente com avaliação, a garantia da autonomia das escolas, a estabilização do corpo docente, o alargamento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos, a profusão do Ensino Profissional nas escolas secundárias, o alargamento dos programas de Acção Social Escolar e dos apoios em matéria de Ensino Especial.

O resultado foi, após a descida inicial do insucesso escolar por cosmética estatística, novamente, o aumento de insucesso escolar em anos finais de ciclo, sobretudo quando se confrontam situações de exames às disciplinas de Português e Matemática, entre outras; em termos do parque escolar o que mais se salientou foi o encerramento de cerca de 2.500 escolas primárias e a utilização de milhares de contentores convertidos em salas de aula; quanto à gestão escolar, passámos de um executivo democraticamente eleito para uma

designada direcção unipessoal; em matéria de carreira docente, a «modernidade» foi a abertura de uma mediática hostilidade aos professores, a que se somou uma trapalhada burocrática convencionada como «avaliação» e, ainda, o estabelecimento de uma inexplicável progressão profissional entre docentes em duas categorias, os titulares e os outros; em termos de autonomia das escolas, se alguma coisa aconteceu, ninguém chegou a dar por nada; quanto à estabilização do corpo docente, esta transformou-se gradualmente em mais instabilidade, em virtude da sorrateira substituição de vagas efectivas em permanentes necessidades provisórias; relativamente ao abandono escolar precoce, as medidas governamentais não deixam de fixar em 31,2% o número de abandonos, colocando-nos no último lugar do ranking europeu; o ensino profissional nas escolas secundárias é um mito; os programas de Acção Social Escolar foram despachados, sem mais, para as autarquias; e, finalmente, mas não por último, num simples despacho fizeram-se desaparecer as medidas de apoio no Ensino Especial, com uma fantástica e incompreensível mudança de critérios no seu acesso, por parte dos alunos.

O projecto do actual Ministério da Educação, é herdeiro e continuador destas políticas. Sem entrar em detalhes técnicos, e porque são bem conhecidas as linhas gerais do processo político em curso, basta sublinhar que o actual edifício educativo assenta, igualmente, no princípio da redução da intervenção e da margem de manobra do Estado e que, sobretudo, essa diminuição não corresponde apenas a uma média estatística: é um processo dramático que divide e dilacera a sociedade, que é redistribuído segundo relações assimétricas de poder, que tanto expulsa escolas das aldeias e vilas do país interior como admite o massacre de milhares de inocentes, deslocados e amontoados em escolas públicas e, portanto, reflecte uma escolha política que afecta toda a população.

Nesse sentido, convém igualmente saber que todas as políticas têm o seu preço e que o preço do actual modelo de gestão das escolas, da formação das mega-escolas e dos mega-agrupamentos, da progressiva transferência do parque escolar e de outras competências para um Poder Local sem recursos, da instalação das medidas de facilitismo das aprendizagens (a recente proposta do fim dos chamados «chumbos» é apenas mais exemplo) do aumento do número de alunos por turma, da marginalização durável de uma parte da população do pleno direito a uma Educação gratuita e de qualidade se paga, mais tarde, igualmente em termos de despesas nos sistemas de saúde e de segurança social, no aumento da criminalidade e de custos policiais, na segregação das cidades e na desertificação do território. É o «horror económico», como diz Vivianne Forrester: como ela, também nós pela nossa parte preferimos pagar impostos – e, sobretudo, obrigando a pagar quem mais lucros obtenha, nomeadamente os detentores da actividade bancária - e termos um voto no destino de uma Escola Pública com qualidade, do que viver numa sociedade competitiva para uns (cujas famílias podem pagar boas escolas) e de costas voltadas para outros (por estarem sujeitos a escolas e a regiões de fracos recursos). A Educação será plena em cidadania ou não será cidadã, e isso tem que valer, de igual modo, para os portugueses ricos, remediados ou pobres.

«Para o PCP, a decisão do Governo do PS, inserida no conjunto de medidas acordadas com o PSD, de encerrar mais 900 escolas e a imposição de um processo de “reestruturação” da rede escolar com a fusão de agrupamentos, a extinção de outros e a integração de escolas secundárias noutros já constituídos, não é apenas uma solução meramente administrativa e economicista que visa embaratecer o sistema. Não tem racionalidade pedagógica e é profundamente desumana.» (J. Pires. C.P. PCP)

«Ao contrário do que afirmam, Sócrates e o seu Governo não têm preocupações sociais, não promovem as oportunidades, as solidariedades e objectivamente com estas medidas apenas aceleram a desertificação humana em vastas regiões do país.» (J. Pires. C.P. PCP)

«os problemas mais graves com que a escola pública se defronta, o insucesso escolar e o abandono escolar, têm a sua causa principal a montante da escola, nomeadamente nas condições socioeconómicas das famílias. Esquecem, nesta cega caminhada, uma questão decisiva no processo educativo das crianças que é a importância das famílias na educação dos seus filhos.» (J. Pires. C.P. PCP)

II – DA ESCOLA PRIMÁRIA AO CENTRO ESCOLAR

“Quando o Governo da República tomou a decisão de encerrar, numa primeira fase, as escolas com menos de dez alunos, Arouca foi abrangida. Já escarpelizamos as razões aduzidas pela tutela para o encerramento destes estabelecimentos. Os alunos das escolas que encerraram são agora transportados para outras de maior dimensão. As que receberam os alunos, de um modo geral, não têm melhores condições que as escolas de origem e como não estavam preparadas para receber mais alunos, foram instalados contentores que funcionam como sala de aula ou refeitório. Por consequência, aumentaram o número de alunos por turma. A pergunta impõe-se: O que ganharam estas crianças? Não conseguimos descortinar... diremos que fica um aspecto verdadeiramente positivo de tudo isto, que é o facto do serviço de refeições se ter generalizado por todo o concelho. Não defendemos, porém, a manutenção de todos os estabelecimentos que encerraram, o que defendemos é que o critério fundamental a usar para o encerramento não deveria ser o número de alunos mas o impacto que esse encerramento terá nas comunidades locais.”

1– UM BREVE APONTAMENTO HISTÓRICO

No distante ano de 1930, o governo militar que derrubou a primeira República decretou a criação de “Postos de Ensino” nas localidades onde existissem, pelo menos, trinta crianças em idade escolar. Esses lugares de instrução pública, que não se podiam chamar verdadeiramente de escolas, ministravam o ensino obrigatório de três anos. Nesses estabelecimentos não era necessária a colocação de um professor qualificado, mas, tão-somente, um indivíduo que soubesse ministrar os três rudimentos que se achavam convenientes ao rural letrado: escrever, ler e contar. Os denominados “Postos de Ensino” disseminaram-se um pouco por todo o território nacional e foram uma maneira pouco dispendiosa de levar a escola aos rústicos.

Só no ano de 1941, ano em que o regime salazarista comemorou os 800 anos da nacionalidade, o chamado Estado Novo decide lançar o chamado Plano dos Centenários, que consistia na construção de escolas primárias, de raiz, por todo o território nacional. Num estranho sincronismo com os nossos dias, as obras também foram promovidas pelas Câmaras Municipais e acompanhadas de grande retórica política...

Não se julgue, porém, que este semear de estabelecimentos de ensino pelo Portugal rural, se deveu ao firme propósito de instruir o povo. Foi antes, isso sim, um plano estudado para transmitir os valores nacionalistas do regime e inocular nas criancinhas a célebre tríade:

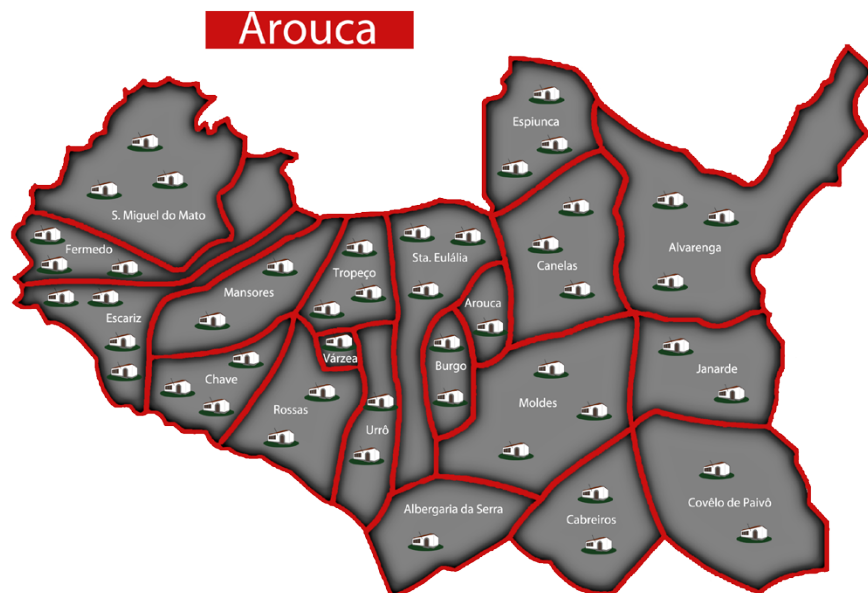
“Deus, Pátria e Família, “ ao mesmo tempo que as instruía no temor às hierarquias temporais e divinas.

O propósito de alfabetizar o campo, encontrou a primeira intenção séria nos alvares da República. Os republicanos estabeleceram um carácter prioritário à instrução do povo e lançaram mão a um conjunto de leis, verdadeiramente revolucionárias, mas que não encontraram eco nas populações camponesas: a gente era pobre, com estruturas familiares alargadas e as crianças eram mão-de-obra activa desde a mais tenra idade. Por esse facto, a grande maioria dificilmente frequentava a escola a tempo inteiro e eram poucos aqueles que concluíam a ensino obrigatório. A sociedade agrária, com as suas estruturas seculares, não encontrava utilidade para o saber letrado. Não podemos dizer, ao contrário do que nos parece hoje, que as escolas primárias tenham sido acolhidas pelas populações rurais como factor de progresso, antes pelo contrário: eram um factor intrusivo que desequilibrava as estruturas produtivas familiares, roubando-lhes elementos activos. A dificuldade em levar as crianças a frequentar a escola manteve-se desde os primeiros tempos da República até quase aos nossos dias...

No tempo salazarista era caro às estruturas do regime que “ o bom povo português” se mantivesse num semi-analfabetismo: o regime defendia abertamente as virtudes da vida rústica, onde a metafísica não fosse muito para além da angústia da praga do escaravelho na batata mais temporã... Dentro deste entendimento a ideia de “ plantar ” uma escola em cada aldeia não era uma ânsia de progresso, bem pelo contrário: com uma estrutura curricular desenhada no respeito à ordem vigente, com um apelo contínuo ao respeito das hierarquias e à estratificação social instaurada, a escola estava ao serviço do regime. É claro, que esta disseminação de estabelecimentos de instrução pública, que hoje nos parece inverosímil pela quantidade, correspondia à realidade social da época: a maioria da população vivia na zonas rurais e não havia planeamento familiar... Doutro modo, com as escolas mesmo ao pé da lareira, o regime apostou na manutenção das pessoas no interior do país e na quebra da tentação de migrar para os centros urbanos, onde a industrialização já havia chegado e as ideais libertárias, da luta de classes, se espalham como lume em palha seca... Deste pacífico modo, o rústico podia escrever carta ao parente do Brasil, ler o rótulo do adubo e do saco da batata da semente, sem que daí viesse mal ao mundo... Afastada a tentação da urbe, vinculado o camponês à terra pelo atraso estrutural da economia portuguesa, o regime pensaria em aguentar mais mil anos... Assim não aconteceu!

A terciarização da economia portuguesa faz-se já depois da revolução de Abril de 74. Já antes a emigração em massa (a partir dos anos 50) tinha iniciado a sangria das populações rurais. Até aos nossos dias, o interior do país foi-se despovoando, os agregados familiares remanescentes tornaram-se mais pequenos, e a escola primária tornou-se, já nos tempos da democracia, um edifício velho mas com novas práticas pedagógicas e de currículo diversificado. Com as enormes transformações de ordem económica e social, a escola, que outrora fora um corpo estranho dentro da pobre economia local, tornou-se, para os autóctones, um dos últimos resquícios da presença do Estado nas regiões mais remotas do

país. Agora, com uma tão grande escassez de nascimentos, representava a sobrevivência da própria comunidade com raízes milenares à realidade de um mundo que tende a normalizar-se, aglomerando-se em volta das grandes urbes industrializadas do litoral.



Mapa 1. Parque escolar em 2002/2003

2- POR QUE ENCERRAM AS ESCOLAS?

Quando o anterior governo PS assumiu o encerramento de mais de duas mil escolas no interior do país a decisão foi de carácter eminentemente político e com preocupações de ordem económica. Ter escolas abertas com menos de onze alunos, agora vinte e um, é dispendioso. É claro que alegar somente razões económicas para o encerramento dos estabelecimentos não era hábil. Foram então discriminadas outras: falta de condições dos edifícios; o reduzido número de alunos; os problemas de sociabilização das crianças matriculadas nessas periferias; faltas de espaço para a prática desportiva, etc. ... A mais importante de todas era o alegado insucesso escolar, que varreria sem distinção, esses lugares remotos, isto, apesar de não haver estudos recentes que indicassem tal facto... Por outro lado e, tendo em conta a pobreza destas regiões, seria muito natural que o insucesso escolar fosse superior aos dos grandes aglomerados populacionais. Será bom ainda referir que o parque escolar do 1º ciclo é do tempo “da outra senhora”, independentemente de se situar no lugar mais remoto de Trás-os-Montes ou no meio da cidade de Aveiro. Portanto, o

problema da degradação do parque escolar do 1º ciclo não tem directamente a ver com o número de alunos que frequentam a escola, nem com a área geográfica onde se situa essa escola, mas sim, com a falta de investimento de muitas décadas na renovação destas infra-estruturas. Também não se prova que exista uma grande diferença, em termos de sucesso escolar, entre as escolas do interior e as escolas das zonas periféricas das grandes cidades: presumiremos que até será o contrário... Sabemos, e há estudos que o provam, que o sucesso ou insucesso escolar não está directamente ligado aos edifícios ou à exiguidade de alunos que frequentam uma escola, mas sim, e principalmente, à proveniência socioeconómica dos alunos, às qualificações de quem os ensina e aos recursos pedagógicos disponíveis. Ora, edifícios novos são sempre preferíveis a edifícios degradados, e, certamente, potenciadores de melhores aprendizagens, mas não mudam a proveniência socioeconómica das crianças. Temos de ver as coisas noutra perspectiva: das pequenas turmas da escola de aldeia, onde era possível um ensino mais individualizado, irá com certeza passar-se (queiram os santos que me engane...), à rentabilização máxima do número de alunos por turma. Temos contudo de admitir que algumas destas escolas não tinham condições para continuar abertas por falta de alunos. A verdade, porém, é que muitos dos municípios do interior optaram por fechar todas as escolas periféricas, algumas delas com mais de 20 alunos, concentrando as crianças em grandes Centros Escolares na sede do concelho. Perguntamos, então, porque fecharam estas escolas?

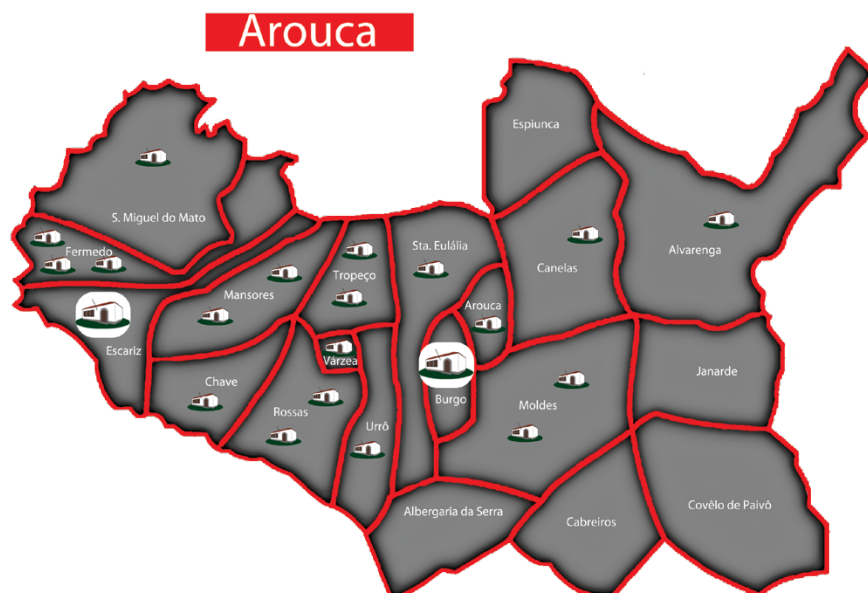
Mestre Aquilino Ribeiro, para escândalo de muitos, defendeu pela voz de algumas personagens, e nas páginas da imprensa, a inutilidade da escola nas aldeias remotas do país. Esta posição causou grande alarido nos meios repúblicanos. Defendia Aquilino, em traços largos, que a escola em certos lugarejos bárbaros era quase inútil e motivo de arrelia para a população que não a queria frequentar. E não a queria frequentar porque não via na precária alfabetização uma utilidade evidente para a sua lide diária. Segundo o grande escritor, o proverbial analfabetismo do povo português devia-se à extrema miséria e abandono em que vivia o interior do país, onde a questão não era de letras mas da luta pela sobrevivência. Assim o analfabetismo era consequência directa da pobreza e do abandono a que foram votadas as populações rurais. A necessidade de maiores qualificações, acreditava Aquilino, passava pelo desenvolvimento das regiões serranas. Grande parte da população das zonas mais afastadas viveu durante anos, sem meios de comunicação condignos, electricidade, cuidados de saúde apropriados, saneamento... E quando receberam algum destes benefícios era sinal que a restante população já estava servida. Sem as condições necessárias para uma vida digna as aldeias foram sendo abandonadas. O fecho das escolas por falta de crianças é pois, e apenas, o último capítulo de uma história de esquecimento e discriminação a que foi votado grande parte do território nacional. O encerramento das escolas é só mais um sinal de morte para a velha cultura camponesa que já não tem lugar neste Portugal vergado à ditadura do mercado e dos números.

Voltamos a frisar que não seria viável a manutenção de todas as pequenas escolas do interior, o que entendemos é que os encerramentos deveriam ser estudados, caso a caso, e a decisão deveria ter em conta a realidade local e as consequências para os residentes.



Se queremos manter alguns valores culturais vivos, ou pelo menos uma memória da nossa matriz camponesa, não podemos ceder à retórica do sucesso e nem aliar esse sucesso à grande escola centralizada, com muitos alunos, com a ocupação plena do tempo livre das crianças (de manhã à noite); instalando uma lógica onde tudo é tratado com números numa linguagem estatística. Criar tal desiderato, orientado para as lógicas do mercado, é enterrar definitivamente o que resta da velha sociedade agrária.

Sim, provavelmente, não será o encerramento de uma escola o encerramento de uma aldeia, como não foi a falta de estradas que fez desertar tudo num repente, como não foi a luz que não chegava, ou o médico que não havia... Foi tudo isto... junto. Agora as poucas crianças que ainda restam nas aldeias mais afastadas das sedes de concelho são transportadas ainda de noite, para novos edifícios denominados, pomposamente, de "Centro Escolar". Quando regressam a casa já voltou de novo a noite: já não vivem, de facto, numa aldeia... agora vivem num Centro Escolar e sobre as rodas de uma carrinha. Já não são sociabilizados entre os seus velhos, entre as suas pedras, entre os seus bichos, entre os contos à lareira, mas com o senhor professor da Física, o se-nhor Professor Titular, a senhora Técnica Operativa... As crianças das aldeias já não assam as castanhas no lume votivo dos seus lares... comem castanhas assadas na padaria da vila e colocam as cascas em cartuchinhos finos, feitos de papel branco, (onde desenharam o São Martinho) para não sujar o Centro Escolar que é novinho em folha... E os velhos já não guardarão os seus netos e o seu gado, já não amanharão as suas leiras até ao fim dos dias, porque há-de haver uma carrinha que os leva para o centro da vila... para o Centro de Dia...!



Mapa 2. Parque escolar em 2010/2011

3– AROUCA: UM CASO

Quando o Governo da República tomou a decisão de encerrar, numa primeira fase, as escolas com menos de dez alunos, Arouca foi abrangida. Já escalpelizámos as razões aduzidas pela tutela para o encerramento destes estabelecimentos.

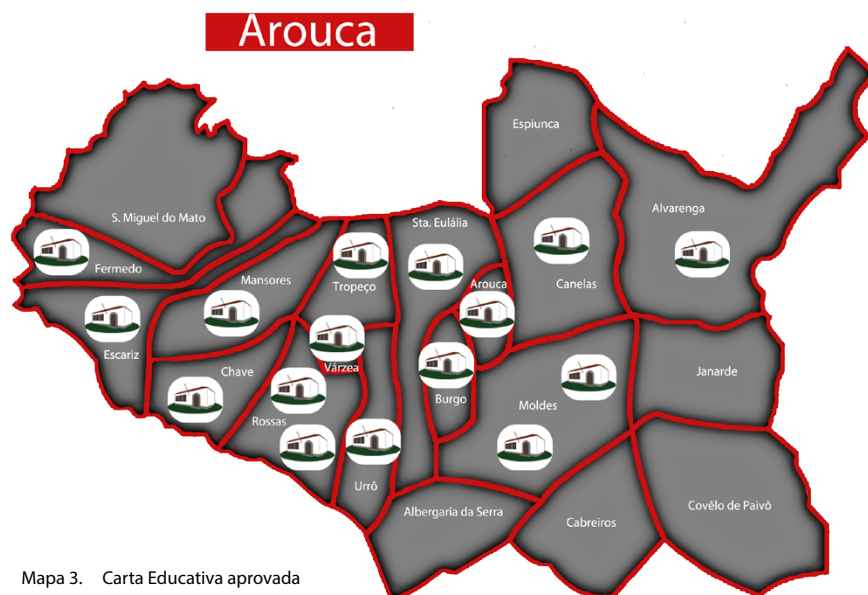
Os alunos das escolas que encerraram foram (são agora) transportados para outras de maior dimensão. As que receberam os alunos, de um modo geral, não têm melhores condições que as escolas de origem e como não estavam preparadas para receber mais alunos, foram instalados contentores que funcionam como sala de aula ou refeitório. Por consequência, aumentaram o número de alunos por turma. A pergunta impõe-se: O que ganharam estas crianças? Não conseguimos descortinar... diremos que fica um aspecto verdadeiramente positivo de tudo isto, que é o facto do serviço de refeições se ter generalizado por todo o concelho. Não defendemos, porém, a manutenção de todos os estabelecimentos que encerraram, o que defendemos é que o critério fundamental a usar para o encerramento não deveria ser o número de alunos mas o impacto que esse encerramento terá nas comunidades locais.

As escolas só deveriam ter encerrado quando os novos Pólos Escolares, previstos na Carta Educativa, estivessem construídos. Exemplar de tudo aquilo que temos dito é o caso da Serra da Freita. A área serrana abrange os concelhos de Arouca, Vale de Cambra e São Pedro do Sul. Espalhadas pela Serra existem diversas povoações: Albergaria da Serra, Merujal, Cabreiros, Tebilhão, Candal, Póvoa das Leiras, Coelheira, Manhouce, Gestoso, Gestosinho, Arões, Junqueira, etc... Esta área forma um todo geográfico com características absolutamente únicas, em termos de cultura tradicional, paisagem e riqueza ecológica. Das diversas escolas que existiam espalhadas pelas povoações, dos três concelhos, não resta uma única!

É olhar para os roteiros turísticos de Arouca e ver como se louva a excelência do cabrito, da carne arouquesa, o pitoresco das aldeias tradicionais, os corais polifónicos e por aí fora ... Mas parecem olvidar que, para que tudo isto permaneça é necessário haver pessoas nas aldeias! A fixação das pessoas passa pela criação de melhores condições de vida e pela valorização do património existente. Entendemos que teria sido fundamental manter uma escola em funcionamento no alto da serra da Freita (do mesmo modo o PCP, a nível concelhio e nacional, na Assembleia da República, tem proposto a criação de um Gabinete da Serra da Freita, que integrasse os municípios que partilham esse território), mas essa hipótese nem sequer foi equacionada. A estrutura deveria ser transmunicipal: servindo as populações serranas dos concelhos de Arouca, Vale de Cambra e São Pedro do Sul. Essa infra-estrutura poderia incluir um Centro de Interpretação, uma pequena loja de artigos regionais, um posto de atendimento médico, e outras valências que se considerassem úteis para as populações. A construção de um Pólo Escolar com estas características, além de ser um sinal político claro no sentido de fixar as populações, era uma oportunidade única de criar um Projecto Educativo que valorizasse as características culturais, paisagísticas e

ambientais que fazem da Serra da Freita um lugar de absoluta singularidade. A preservação da Serra da Freita, e do que resta das suas comunidades, implica que as crianças sejam sociabilizadas dentro do grupo de onde são originárias. Com as alterações curriculares, ao nível do 1º ciclo, as crianças são obrigadas a permanecer a maior parte do tempo dentro da escola. Este novo desenho curricular não teve em conta, mais uma vez, as particularidades locais onde ainda existe o conceito de família alargada e hábitos comunitários ancestrais. A aldeia não é um espaço fechado entre betão onde os riscos são permanentes: a aldeia é um lugar naturalmente vivo onde as aprendizagens se fazem em interação com o meio envolvente.

Ao conceber o documento que define a política educativa do município a autarquia optou, em detrimento da construção de grandes Centros Escolares, pela construção dos denominados Pólos Escolares. Os Pólos Escolares são estruturas de menor dimensão que têm a vantagem de manter os alunos mais próximos das comunidades e de contribuírem para a fixação das populações. Neste momento estão a ser edificados alguns destes pólos, foram mesmo já inauguradas as novas escolas de Escariz e do Burgo. Depois de se conseguir algum consenso em torno da proposta destas infra-estruturas, não seria compreensível que, ao arripio de tudo o que foi dito e aprovado, se optasse pela concentração dos alunos em quatro ou cinco edifícios de maior dimensão. A verificar-se esta hipótese implicaria um aumento exponencial do tamanho das turmas (numa população escolar com muitos alunos com dificuldades de aprendizagem) e o desenraizamento de uma parte importante da população infantil e seria, também, a negação da filosofia que presidiu à reorganização da rede escolar do 1º ciclo, defendida na Carta Educativa.



Mapa 3. Carta Educativa aprovada

III – AS FREGUESIAS E O PARQUE ESCOLAR DO 1º CICLO

O concelho de Arouca, apesar de integrar a Grande Área Metropolitana do Porto e de distar apenas de cerca de 50 km da sua sede, sofre o problema da interioridade vendo-se a braços com uma quebra populacional e um poder de compra muito baixo. Trata-se de um concelho, segundo o Anuário Estatístico da Região Norte 2008, publicado pelo INE em 26 de Novembro de 2009, com um território de 329,1 km² – o maior concelho de Entre Douro e Vouga – e uma população residente estimada (a 31 de Dezembro de 2008) em 23 663 habitantes.

Analisando a evolução da população residente desde 1864, utilizando para o efeito os resultados dos catorze censos realizados, publicados no sítio do INE - www.ine.pt, verificamos que o concelho teve um crescimento populacional considerável entre 1864 e 1950, passando de 15 128 para 26 427. Posteriormente, a população residente ficou pelos 26 387 habitantes em 1960 e caiu para 23840 em 1970, muito provavelmente devido ao “saldo migratório” (diferença entre os que entram e os que saem do território nacional) muito negativo verificado em Portugal entre 1964 e 1973. A partir de então os resultados dos censos registam uma tendência de crescimento ligeiro - 23 896 residentes em 1981, 23 894 em 1991 e 24 227 em 2001. De 2001 até hoje, as estimativas da população apresentadas pelos anuários estatísticos da região norte, publicados pelo INE, demonstram que o concelho de Arouca está a perder população – 24 028 residentes em 31 de Dezembro de 2002, 24 019 em 31 de Dezembro de 2004, 23 950 em Dezembro de 2005, 23 874 em Dezembro de 2006, 23 773 em Dezembro de 2007 e os já referidos 23 663 em Dezembro de 2008.

Embora só os resultados dos Censos de 2011 permitirão conclusão definitiva sobre a evolução da população residente em Arouca, na primeira década do século XXI, a comparação entre a população de 1981 e a estimativa de 2008 indicia uma situação de estagnação ou mesmo de quebra populacional dos residentes no concelho. A manter-se esta tendência até 2011 poderá o concelho de Arouca voltar a valores próximos de 1940 (23 059) com a diferença de hoje a pirâmide populacional estar “invertida”.

Se analisarmos a evolução da população nas vinte freguesias do concelho, nos momentos censitários anteriormente referenciados, constamos que existe um conjunto significativo de freguesias cuja população está em crescimento e um outro conjunto, também significativo, de freguesias em definhamento populacional. Há uma concentração populacional na (e em torno da) vila de Arouca e outro em (e em torno de) Escariz e um processo de desertificação nas freguesias da área da Freita e do Paiva, curiosamente o espaço apresentado como o grande cartão de visita de Arouca e a âncora do desenvolvimento do nosso concelho. Em termos demográficos, os planos local, regional e nacional observam a mesma tendência de ocupação desequilibrada do território, caracterizada por grandes áreas (rurais) cada vez mais desertificadas e espaços urbanos (em especial as coroas suburbanas) cada vez com mais concentração populacional. A nível de Portugal continental vemos o interior a perder população e as áreas metropolitanas do Porto e Lisboa e o litoral a concentrar população,

a nível regional vemos Arouca a perder população e Santa Maria da Feira a ganhar e a nível concelhio deparamo-nos, conforme já foi referido, com uma concentração populacional polarizada em torno de Arouca e de Escariz e um processo de desertificação na Freita, no Paiva e nas freguesias “mais rurais” do concelho.

A quebra demográfica, dos últimos dez anos, é também sentida ao nível da população escolar do 1º ciclo. Em 2002/2003, segundo o Anuário Estatístico da Região Norte 2003, publicado pelo INE em 28 de Junho de 2004, eram 1230 os alunos a frequentar o 1º ciclo. No ano lectivo 2007/2008, segundo o já citado Anuário Estatístico da Região Norte 2008, eram 1107 os alunos a frequentar o 1º ciclo. Contabilizados os dados da constituição das turmas publicitados pelos agrupamentos de Arouca e de Escariz, são 921 os alunos matriculados no 1º ciclo, no concelho de Arouca, no presente ano lectivo. Ou seja, em 9 anos o 1º ciclo em Arouca perdeu 309 alunos. Este número é dramático.

Quanto ao parque escolar, em termos gerais, este não é imutável, vai mudando ao longo dos tempos tendo em conta as mutações na sociedade e as vontades políticas que dela emergem. Podemos afirmar até que o Parque Escolar está sempre em remodelação. Sendo assim e para melhor perceber a evolução vivida parece-nos importante juntar ao actual momento – ano lectivo 2010/2011 – uma outra referência cronológica. Escolhemos o ano lectivo 2002/2003. E escolhemos 2002/2003 por uma razão e duas evidências.

A razão tem a ver com a política educativa nacional – simboliza o fim dos governos, “apaixonados” pela Educação, do PS/António Guterres e a chegada em força do chamado “neo-liberalismo” à Educação, primeiro pela mão da coligação PSD/CDS e posteriormente pelos governos PS/José Sócrates. O tal neo-liberalismo consubstancia-se, só para dar alguns exemplos na matéria que este caderno trata, na criação (imposta) dos agrupamentos verticais, no aumento da sua dimensão e agora na obrigatoriedade de terem uma Escola Secundária como sede e na extinção das pequenas e médias escolas EB1 e conseqüente concentração dos alunos em escolas cada vez maiores.

A primeira evidência está relacionada com as questões de política educativa local – 2001 / 2005 foi o último mandato da Câmara PS/Armando Zola, Câmara esta que apesar de não encerrar as pequenas escolas EB1 (apenas encerravam quando deixavam de ter alunos) também não fez nenhum grande investimento de fundo que possibilitasse a melhoria do parque escolar existente. Não é por acaso que o primeiro grande processo de encerramento dá-se no ano lectivo 2006/2007 já com o executivo PS/Artur Neves. O novo poder autárquico PS tem como reverso ao ambicioso reordenamento do parque do 1º ciclo, o encerramento maciço de escolas, tendo em muitos dos casos da vaga de encerramentos de 2006 concentrado os alunos em escolas com condições idênticas ou piores às escolas de origem. Sobre esta matéria dos encerramentos falta ainda perceber o que sucederá nos próximos anos.

A segunda evidência é que este período 2002/2011 materializa uma mudança de fundo no parque escolar do 1º ciclo em Arouca – as 48 escolas EB1 de 2002/2003 deram lugar a 19 em 2010/2011 e o processo ainda não está concluído. A grande questão é - quantas sobreviverão em 2013? A Carta Educativa prevê a existência de 16 pólos escolares. Será? Será que o aumento da capacidade dos pólos do Burgo e de Femêdo em 2008 não indicia que a Carta Educativa, em vez de ser um instrumento do Plano, é afinal uma mera carta de intenções?

De seguida vamos retratar, freguesia a freguesia, as 50 escolas EB 1 utilizadas na primeira década deste século para ministrar o 1º ciclo do Ensino Básico. A meia centena de escolas EB1 correspondem às 48 EB1 em funcionamento em 2002/2003 e às novas escolas do Burgo e de Escariz.



EB1 de Albergaria da Serra

ALBERGARIA DA SERRA

A freguesia de Albergaria da Serra, uma das freguesias da área da Serra da Freita, tem, segundo o sítio www.cm-arouca.pt, uma área de 14,37 km². Quanto à população residente, Albergaria da Serra é uma das freguesias que está em definhamento populacional desde 1960 (253 habitantes), momento em que registou o valor mais elevado. Desde então registou 218 residentes em 1970, 209 em 1981, 181 em 1991 e 140 em 2001. O valor registado em 2001 é inclusivamente mais baixo que o registado no 1º recenseamento geral da população (168), no longínquo ano de 1864.

Quanto ao parque escolar existente em 2002/2003, esta freguesia apenas contava com uma escola – a EB1 de Albergaria da Serra, encerrada em 2006. Actualmente esta freguesia não possui nenhuma escola do 1º ciclo.



EB1 de Noninha



EB1 de Vila Nova



EB1 de Paço-Alvarenga

ALVARENGA

A freguesia de Alvarenga, a maior em área do concelho e com substancial importância ao nível do património histórico e natural (Rio Paiva e Serra do Montemuro), tem, segundo o sítio www.cm-arouca.pt, 39,03 km². Quanto à população residente, esta freguesia foi até aos censos de 1970 a mais populosa do concelho, tendo mesmo em 1950 superado os três milhares de residentes (3137). Os valores registados desde então configuram uma situação de decréscimo populacional – 2819 habitantes em 1960, 2187 em 1970, 1886 em 1981, 1637 em 1991 e 1368 em 2001. O valor de 2001 é mesmo inferior ao do 1º recenseamento geral da população de 1864 (1549 residentes).

Quanto ao parque escolar existente em 2002/2003, esta freguesia contava com três escolas – a EB1 de Paço-Alvarenga, a EB1 de Vila Nova (encerrada em 2006) e a EB1 de Noninha (encerrada em 2005). Actualmente resta a EB1 de Paço-Alvarenga que tem 38 alunos matriculados no presente ano lectivo.



EB1 de Arouca

AROUCA

A freguesia de Arouca, a mais populosa e também a sede do concelho, tem, segundo o sítio www.cm-arouca.pt, 8,59 km². Quanto à população residente, Arouca regista um crescimento populacional desde o primeiro recenseamento até 2001. Apenas registou duas ligeiras quebras, uma entre 1864 e 1878 (de 973 para 950) e outra entre 1930 e 1940 (de 1728 para 1642). Em 1960 eram 1908 os residentes em Arouca, 2037 em 1970, 2365 em 1981, 2816 em 1991 e 3098 em 2001. É a partir de 1980 a freguesia mais populosa do concelho.

Quanto ao parque escolar existente em 2002/2003, esta freguesia contava com a maior escola do concelho – a EB1 de Arouca. Neste ano de 2010/2011, devido ao processo de remodelação que foi alvo não terá exagerado número de alunos de anos anteriores. Serão “apenas” 104 alunos que a frequentarão.



EB1 de Soto



EB1 de Porto Escuro



Pólo Escolar do Burgo

BURGO

Afreguesia do Burgo, contígua à de Arouca no vale do Arda, tem, segundo o sítio www.cm-arouca.pt, tem uma área de 6,76 km². Em relação à população residente regista um crescimento desde 1864. Exceptuam-se duas pequenas quebras, 1878 e 1890 (de 1045 para 1004), 1920 e 1930 (de 1687 para 1660) e uma outra com algum significado entre 1950, 1960 e 1970 (1855, 1786, 1659 habitantes respectivamente). Desde então verifica-se um crescimento – 1931 residentes em 1981, 2019 em 1991 e 2067 em 2001.

Em relação ao parque escolar do 1º ciclo em 2002/2003 eram duas as escolas do 1º ciclo existentes – EB1 do Soto e EB1 de Porto Escuro encerradas esta ano de 2010, em virtude da abertura da nova escola. A nova escola, denominada de Pólo Escolar do Burgo tem matriculados no presente ano lectivo 171 alunos.



EB1 de Cabreiros



EB1 de Rio de Frades

CABREIROS

A freguesia de Cabreiros, pertencente à área da Serra da Freita, tem, segundo o sítio www.cm-arouca.pt, uma área de 18,48 km². Quanto à população residente, Cabreiros é uma das freguesias que está em definhamento populacional. Teve um crescimento assinalável nas décadas de 30 e 40 do século XX, tendo atingido o seu pico de população em 1950 (923 residentes). Desde então a tendência foi de decréscimo populacional acelerado – 693 habitantes em 1960, 521 em 1970, 284 em 1981, 253 em 1991 e 186 em 2001. Em 1864 eram 344 os residentes em Cabreiros.

Quanto ao parque escolar existente em 2002/2003, esta freguesia contava com duas escolas – a EB1 de Cabreiros, encerrada em 2005, e a EB1 de Rio de Frades, encerrada em 2006. Actualmente esta freguesia não possui nenhuma escola do 1º ciclo.



EB1 de Canelas



EB1 do Gamarão



EB1 de Mealha

CANELAS

A freguesia de Canelas, pertence às freguesias da orla do Paiva, tem, segundo o sítio www.cm-arouca.pt, uma área de 23,33 km². Ao nível da população residente, segundo os últimos quatro censos, está em processo de estagnação populacional – registou 861 residentes em 1970, 813 em 1981, 861 em 1991 e 864 em 2001. Anteriormente a 1970 registou um processo de crescimento demográfico até 1950, momento em que atingiu o pico populacional (952 residentes), tendo em 1960 baixado para 918.

No que se refere ao parque escolar do 1º ciclo contava, no ano lectivo 2002/2003 com três escolas do 1º ciclo – a EB1 de Canelas, a EB1 do Gamarão (encerrada em 2006) e a EB1 de Mealha encerrada em 2007). Actualmente resta a EB 1 de Canelas com 42 alunos matriculados em 2010/2011 no 1º ciclo do Ensino Básico.



EB1 de Bouça



EB1 de Soutelo



EB1 de Tojal

CHAVE

A freguesia de Chave, freguesia situada no limite do concelho e fronteira a Vale de Cambra e Oliveira de Azeméis e que possui a zona industrial da Farrapa que é talvez mais significativa do concelho, tem, segundo o sítio www.cm-arouca.pt, 11,61 km² de área. Ao nível da população residente, Chave teve um crescimento demográfico até 1960, onde registou o seu pico populacional (1459 residentes) quebrados apenas por ligeiras descidas entre 1878 e 1900 (998 e 984) e entre 1930 e 1940 (1452 e 1337). Regista novamente uma quebra em 1970 – 1293 habitantes – voltando desde então a um processo de crescimento demográfico – 1354 habitantes em 1981, 1398 em 1981 e 1414 em 2001.

Relativamente ao parque escolar do 1º ciclo, Chave no ano lectivo 2002/2003 possuía três estabelecimentos do 1º ciclo – a EB1 de Tojal, a EB1 de Bouça (encerrada em 2006) e a EB1 de Soutelo (encerrada em 2006). Actualmente subsiste a EB1 de Tojal com 42 alunos matriculados no presente ano lectivo.



EB1 de Covêlo de Paivó



EB1 de Regoufe

COVELO DE PAIVÓ

Covelo de Paivó, pertence às freguesias da zona serrana, e tem, segundo o sítio www.cm-arouca.pt, uma área de 28,99 km². No que se refere à população residente regista desde 1950, ano em que atingiu o seu pico demográfico (498 residentes) um processo de definhamento demográfico – 392 habitantes em 1960, 318 em 1970, 247 em 1981, 202 em 1991 e 169 em 2001. Integra o conjunto de freguesias cujo número de habitantes em 2001 (169) é o mais baixo de sempre, inferior mesmo ao valor de 1864 (326 residentes).

Relativamente ao parque escolar do 1º ciclo as únicas escolas que possuiu em Covelo de Paivó e em Regoufe encerraram já no século XX.



EB1 de Cruzeiro-Escariz



EB1 de Gestosa



EB1 de Nabais



EB1 de Ver

ESCARIZ

A freguesia de Escariz, situada no chamado fundo do concelho e segunda polarização populacional e de serviços de Arouca, tem, segundo o sítio www.cm-arouca.pt, uma área de 17,13 km². Quanto à população residente teve um crescimento demográfico contínuo até 1960 (1971 residentes). Em 1970 a população residente passou para 1862. Desde então voltou a registar um novo processo de crescimento demográfico – 1862 residentes em 1970, 1865 em 1981, 2055 em 1991 e 2255 em 2001.

Quanto ao parque escolar do 1º ciclo, em 2002/2003 esta freguesia possuía quatro estabelecimentos – a EB1 de Cruzeiro-Escariz, a EB1 de Gestosa, a EB1 de Nabais e a EB1 de Ver – encerrados neste ano de 2010, em virtude da entrada em funcionamento do Pólo Escolar de Escariz, pólo este que tem, no presente ano lectivo, 100 alunos matriculados no 1º ciclo.



Pólo Escolar de Escariz



EB1 de Espiunca



EB1 de Vila Viçosa



EB1 de Vila Cova

ESPIUNCA

Espiunca é mais uma das freguesias ribeirinhas do Rio Paiva e tem, segundo o sítio www.cm-arouca.pt, uma área de 12,65 km². Ao nível da população residente Espiunca atingiu o seu pico populacional em 1950 com 836 residentes registados. Até então tinha registado um crescimento populacional contínuo, salvo pequenas desacelerações entre 1864 e 1890 e entre 1920 e 1930. Em 1960 registava 766 residentes e a partir de então consolidou uma tendência de decréscimo populacional – 644 residentes em 1970, 593 em 1981, 545 em 1991 e 477 em 2001, sendo este o valor mais baixo de sempre, inferior inclusive ao primeiro recenseamento geral da população em 1864 (493 residentes).

No que diz respeito ao parque escolar esta freguesia possuía, em 2002/2003, três escolas do 1º ciclo – a EB1 de Espiunca (encerrada em 2006), a EB1 de Vila Viçosa (encerrada em 2006) e a EB1 de Vila Cova, encerrada neste ano de 2010 devido ao reduzido número de alunos, juntando-se assim Espiunca ao rol de freguesias que já não possui nenhum estabelecimento de ensino do 1º ciclo.



EB1 de Cabeçais



EB1 de Parameira



EB1 de Mosteiró



EB1 de Carvalho Redondo

FERMÊDO

Fermêdo, freguesia do designado fundo do concelho, tem, segundo o sítio www.cm-arouca.pt, uma área de 12,16 km². Esta freguesia, ao nível da população residente, apesar de ter tido um conjunto de oscilações no número de residentes, em termos gerais podemos afirmar que cresceu até 1950, momento em que alcançou o seu pico populacional (1665 residentes). Em 1960 registou 1650 residentes e de lá para cá verificou-se uma tendência de ligeira quebra – 1563 em 1970, 1562 em 1981, 1552 em 1991 e 1504 em 2001.

No que diz respeito ao parque escolar do 1º ciclo Fermêdo possuía em 2002/2003 quatro estabelecimentos do 1º ciclo que ainda hoje se mantêm – a EB1 de Cabeçais, a EB1 de Carvalho Redondo (encerrada em 2008), a EB1 de Parameira e a EB1 de Mosteiró. Previsivelmente estas escolas serão encerradas no próximo ano lectivo quando entrar em funcionamento o Pólo Escolar de Fermêdo. Os números de alunos matriculados nestas três escolas, para 2010/2011, são os seguintes: 38, 13 e 24, para Cabeçais, Parameira e Mosteiró, respectivamente.



EB1 de Telhe

JANARDE

A freguesia de Janarde é mais uma das que têm o Rio Paiva como principal referência. Segundo o sítio www.cm-arouca.pt, a sua área é de 18,01 km². Ao nível da população residente, esta freguesia regista um forte declínio populacional desde 1960, momento em que alcançou o seu pico populacional (400 residentes). Até então teve um processo de crescimento demográfico praticamente contínuo. Desde então perdeu população, com duas quebras fortes entre 1960 e 1970 (passou de 400 para 264) e entre 1991 e 2001 (passou de 254 para 159). Pertence também ao grupo de freguesias que tem 2001 como o registo populacional mais baixo desde o início dos recenseamentos gerais da população.

No que se refere ao parque escolar do 1º ciclo Janarde tinha em 2002/2003 apenas uma escola em funcionamento, a EB1 de Telhe, encerrada em 2006. Esta freguesia contou no século XX com dois estabelecimentos do 1º ciclo em Meitriz e em Silveiras, entretanto encerrados. Neste momento não possui nenhuma escola do 1º ciclo em funcionamento.



EB1 de Serra da Vila



EB1 de Agrads

MANSORES

A freguesia de Mansores, tal como a de Chave são as freguesias de fronteira entre os dois agrupamentos de escolas existentes no concelho, Arouca e Escariz, e tem, segundo o sítio www.cm-arouca.pt, uma área de 13,96 km². Ao nível da população residente, apesar de algumas oscilações entre 1864 e 1960, comparados estes dois anos, a sua população cresceu substancialmente, passando de 778 residentes em 1864 para 1290 em 1960, valor correspondente ao seu pico populacional. Baixou para 1192 residentes em 1970 e tem-se mantido na casa das onze centenas desde então – 1180 em 1981, 1125 em 1991 e 1155 em 2001.

Quanto ao parque escolar existente em 2002/2003, e que ainda hoje se mantém, Mansores possuía dois estabelecimentos do 1º ciclo – a EB1 de Serra da Vila, com 21 alunos matriculados em 2010/2011 e a EB1 de Agrads, com 17 alunos matriculados em 2010/2011.



EB1 de Fuste



EB1 de Ponte de Telhe



EB1 de Paços-Moldes



EB1 de Bustelo

MOLDES

A freguesia de Moldes, apesar de próxima da vila de Arouca possui extensas áreas rurais e da serra e tem, segundo o sítio www.cm-arouca.pt, 28,01 km². Ao nível da população residente, apesar de algumas oscilações registou um forte crescimento populacional entre 1864 (1095 residentes) e 1960 (1742 residentes), o seu pico populacional. Desde então perdeu população – 1568 residentes em 1970, 1626 em 1981, 1596 em 1991 e 1477 em 2001.

No que diz respeito ao parque escolar tinha, no ano lectivo de 2002/2003, três estabelecimentos do 1º ciclo em funcionamento – EB1 de Fuste (encerrada em 2006), EB1 de Ponte de Telhe e EB1 de Paços-Moldes. Neste ano lectivo são 27 os alunos matriculados na EB1 de Ponte de Telhe e 24 na EB1 de Paços-Moldes.



EB1 de Provesende



EB1 de Paços - Rossas

ROSSAS

Rossas, a primeira freguesia do “vale do Arda” (jusante), tem, segundo o sítio www.cm-arouca.pt, uma área de 11,47 km². Em relação à população residente, Rossas regista um crescimento contínuo até 1970 (1928 residentes), o seu pico populacional, uma forte quebra em 1981 (1503) e posteriormente um novo período de crescimento – 1527 residentes em 1991 e 1693 em 2001.

Quanto ao parque escolar do 1º ciclo em 2002/2003, que ainda hoje se mantém, Rossas possuía duas escolas do 1º ciclo, A EB1 de Paço-Rossas e a EB1 de Provezende. A primeira tem 38 alunos matriculados em 2010/2011 e a segunda 32.



EB1 de Parada



EB1 de Santa Maria do Monte



EB1 da Boavista

SANTA EULÁLIA

Santa Eulália, segunda freguesia mais populosa do concelho, tem, segundo o sítio www.cm-arouca.pt, uma área de 14,12 km². Foi mesmo, aquando dos censos de 1970, a freguesia mais populosa, ultrapassando aquela que desde 1864 tinha esse lugar no ranking demográfico, Alvarenga. Em termos de evolução da população, apesar de uma ou outra oscilação teve um crescimento demográfico assinalável entre 1864 e 1960, passando de 1357 habitantes para 2512, o seu pico populacional. Posteriormente e até 1991 entrou numa fase de decréscimo – 2276 em 1970, 2187 em 1981 e 2132 em 1991. Em 2001 voltou a recuperar população, alcançando os 2339 residentes.

No que se refere ao parque escolar, Santa Eulália possuía em 2002/2003 três estabelecimentos do 1º ciclo – a EB1 de Parada (encerrada em 2006), a EB1 de Santa Maria do Monte (encerrada em 2006) e a EB1 da Boavista, ainda em funcionamento. Neste ano lectivo tem 95 alunos matriculados no 1º ciclo do Ensino Básico.



EB1 de Lázaro



EB1 de Belece

S. MIGUEL DO MATO

S. Miguel do Mato, a “mais rural” das freguesias do chamado fundo do concelho, tem, segundo o sítio www.cm-arouca.pt, uma área de 23,41 km². Em termos populacionais, esta freguesia cresceu entre 1864 (765 residentes) e 1950, quando atingiu o seu pico de população (1122). Desde então tem vindo a perder população – 1048 residentes em 1960, 1010 em 1970, 979 em 1981, 851 em 1991 e 800 em 2001.

No que diz respeito ao parque escolar do 1º ciclo, S. Miguel do Mato, tinha, em 2002/2003, duas escolas do 1º ciclo – a EB1 de Lázaro (encerrada em 2006) e a EB1 de Belece, ainda em funcionamento com 11 alunos matriculados neste ano lectivo. Com a abertura do Pólo de Fermêdo, prevê-se que esta escola feche e S. Miguel do Mato entre no grupo das freguesias sem escolas do 1º ciclo.



EB1 da Ribeira



EB1 de Bacelo



EB1 de S. João-Tropeço

TROPEÇO

A freguesia de Tropeço, freguesia banhada pelo Rio Arda, segundo o sítio www.cm-arouca.pt, tem 18,23 km². Ao nível da população residente, Tropeço teve um crescimento populacional significativo até 1970, momento do seu pico populacional – 1375 residentes –, registando apenas uma quebra insignificante entre 1920 e 1930 (de 1081 para 1079). Em 1970 teve uma quebra populacional, passou para 1212 residentes. Desde então regista uma ligeira recuperação – 1253 residentes em 1981, 1277 em 1991 e 1297 em 2001.

Em relação ao parque escolar do 1º ciclo, possuía, em 2002/2003, três escolas do 1º ciclo – a EB1 da Ribeira (encerrada em 2006), a EB1 de Bacelo e a EB1 de S. João Tropeço. Estas duas últimas escolas têm matriculados no presente ano lectivo, respectivamente, 22 e 19 alunos.



EB1 de Souto Redondo



EB1 de Urrô

URRÔ

Urrô, freguesia do vale do Arda, tem, segundo o sítio www.cm-arouca.pt, 10,53 km². A freguesia de Urrô teve várias oscilações populacionais desde 1864, momento em que registava 810 residentes. O seu pico de população é 1351 residentes em 1930. A partir de 1950 mantém-se sempre acima das doze centenas de residentes, à exceção de 1991, momento em que regista 1068 habitantes. O último registo, 2001, é de 1206 habitantes.

Quanto ao parque escolar do 1º ciclo, em 2002/2003, eram duas as escolas EB1: Souto Redondo (encerrada em 2006) e Urrô, ainda em funcionamento, com 21 alunos matriculados no 1º ciclo



EB1 de Várzea

VÁRZEA

Várzea, a mais pequena freguesia de Arouca, 1,84 km² (www.cm-arouca.pt) teve um crescimento populacional contínuo até 1960 (524 residentes). Em 1970 caiu para 445 residentes. Nos censos seguintes voltou a crescer – 521 habitantes em 1981, 545 em 1991 e 559 em 2001.

No que diz respeito ao parque escolar do 1º ciclo, em 2002/2003 possuía a EB1 de Várzea, que ainda se mantém, e que tem no presente ano lectivo 22 alunos matriculados.

IV - E O FUTURO?

A política educativa nacional seguida, nesta primeira década do século XXI, seja pela mão do PS, seja pela mão do PSD/CDS, configura uma desfiguração das características fundamentais da Escola Pública, particularmente quando consideradas à luz da Lei de Bases do Sistema Educativo e da Constituição da República Portuguesa e coloca claramente em causa o conceito de formação integral do indivíduo.

Esta desfiguração é visível no caso do reordenamento do parque escolar, reordenamento este que integra uma estratégia de aglomeração e concentração dos meios escolares (sejam materiais ou humanos) obedecendo não apenas a critérios economicistas mas também programáticos, designadamente no caminho para o controle político da gestão escolar e pedagógica e para a privatização de serviços.

Em Arouca, tal como em muitos concelhos do interior, a esta orientação política nacional junta-se ainda um outro facto assustador, apontado neste caderno, a brutal quebra no número de alunos do 1º ciclo. Este número por si só põe em causa a sustentabilidade do concelho a médio prazo. Num cenário destes a questão que se coloca é se o Município deve ou não ser um “bom aluno” da orientação política nacional?

Para o PCP a resposta é não. Para além de ser crucial uma política educativa alternativa a nível nacional, é também importante uma política educativa local baseada na prestação de um serviço público de proximidade, integrada numa perspectiva de desenvolvimento sustentado do concelho, pois é a única forma de pelo menos resistir à lenta agonia a que o interior está votado.

Os serviços públicos de qualidade e próximos do cidadão passam em Arouca, no caso da educação em geral e do parque escolar mais concretamente, pelo cumprimento da carta educativa e por uma clara rejeição da estratégia de concentração escolar, designadamente através do NÃO às grandes escolas, do NÃO ao encerramento maciço das EB1 e do NÃO à criação de um mega-agrupamento concelhio.

Face a um quadro político e quando se vão procurar impor brutais sacrifícios aos portugueses, por via do(s) PEC(s) e do Orçamento de Estado para 2011, será crucial que as populações rejeitem as soluções que serão intentadas no ano lectivo 2010/2011. Será a resistência popular, ou a falta dela, que determinará a profundidade das medidas e não propriamente os golpes de asa e as encenações teatrais que os três do(s) poder(es) - PS, PSD e CDS – trarão ao espaço público.

A DEFESA DO MUNDO RURAL, HOJE, PASSA TAMBÉM PELA OFERTA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE QUALIDADE E PRÓXIMOS DOS CIDADÃOS.

